

Aquisição de Serviços para a Elaboração do Processo de Reconversão das Áreas Urbanas de Gênese Ilegal de Penouços (AUGI01/UOPG07) e Portela da Armada (AUGI08/UOPG13)

AMARANTE

CADERNO DE ENCARGOS

1 - Objecto do contrato

O contrato a celebrar visa a Aquisição de Serviços para a Elaboração do **Processo de Reconversão das Áreas Urbanas de Gênese Ilegal de Penouços (AUGI01/UOPG07) e Portela da Armada (AUGI08/UOPG13).**

2 - Prazo para o início da execução do contrato

Cinco dias após a assinatura do contrato.

3 - Prazo de execução

O prazo global de execução de todas as fases desta prestação será de **180 dias**, consubstanciado nos seguintes prazos parciais:

Fase 1 – Apresentação de Proposta à CMA sobre o Modelo de Operação de Loteamento, num prazo de **15 dias** após o prazo referido no ponto 2 deste caderno de encargos;

Fase 2 – Apreciação da delimitação das AUGI já estabelecidas e eventual proposta de revisão de limites, num prazo de **15 dias** após a prestação da fase anterior;

Fase 3 - Levantamento documental e entrevista a todos os proprietários integrados nas AUGI, num prazo de **30 dias** após a prestação da fase1;

Fase 4 - Realização da Operação de Loteamento para o processo de reconversão, com desenvolvimento em duas fases (Estudo Prévio e Proposta Final), num prazo de **120 dias** após a prestação da fase anterior;

Fase 5 - Submissão do processo burocrático junto do Registo Predial e Autoridade Tributária), num prazo de **15 dias** após a prestação da fase anterior;

4 - Penalidades

No caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato e por causa imputável ao adjudicatário, poderá ser aplicada uma penalidade, calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P = V * A / 500$, em que P corresponde ao montante da penalidade, V é igual ao valor da fase em atraso e A é o número de dias em atraso.

5 - Objecto do dever de sigilo

O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Amarante, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

6- Preço base

O preço base, sendo entendido como preço máximo que a entidade se dispõe a pagar pela totalidade das prestações, no presente procedimento é de **€ 35.000,00**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

A fixação do preço base teve em conta os custos correntes de mercado, em procedimentos similares.

7 - Caução

Não há lugar à prestação de caução.

8 - Condições de pagamento

A quantia devida pela Entidade Adjudicante, será paga no prazo de 30 dias após a receção da respetiva fatura, a qual só será emitida após o vencimento da

obrigação respetiva, sendo a mesma validada pelo Gestor do Contrato, da seguinte forma:

30%, com a entrega do Estudo Prévio da Operação de Loteamento;

40%, com a entrega da Proposta Final da Operação de Loteamento;

30%, com a efetivação da submissão do processo burocrático junto do Registo Predial e Autoridade Tributária.

Da fatura deverá constar, nos termos do artigo 9.º, n.º 2, da Lei n.º 8/2012, de 21/2, na sua redação atual, o número de compromisso, sob pena de devolução daquela e consequente não reconhecimento da obrigação.

Em caso de discordância por parte do contraente público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

O fornecedor/prestador de serviço, caso reúna as condições de proceder à faturação eletrónica deverá remeter para o Município de Amarante as respetivas faturas eletrónicas através de plataforma EDI. Se necessário, contacte os serviços municipais para obtenção do guia e orientações de adesão à faturação do Município de Amarante.

9 - Resolução por parte do contraente público

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Amarante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços.

10 - Foro competente para a resolução de litígios

As questões emergentes da execução do contrato serão dirimidas pelo Tribunal competente, em razão da matéria, da área do Município de Amarante, depois de esgotados os meios amigáveis para a sua resolução.

11 - Obrigação da manutenção das propostas

O concorrente é obrigado a manter as respectivas propostas pelo prazo de **66** dias ou superior, contados a partir do termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

12 - Propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

13 - Documentos de habilitação

Para formação do contrato, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código de Contratos Públicos (adiante designado de CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 111-B/2017 de 31 de Agosto;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55º do CCP.
- c) Apresentação de Registo Central de Beneficiário Efetivo atualizado, nos termos da Lei nº 89/2017, de 21 de Agosto.

14 – Serviço a desenvolver

O serviço a desenvolver consiste na necessidade de proceder à elaboração dos processos de reconversão das AUGI de Penouços (AUGI01/UOPG07) e de Portela da Armada, (AUGI08/UOPG13) sob a modalidade de iniciativa municipal sem o apoio da administração conjunta organizado como Operação de Loteamento, como decorre do n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 91/95, de 02 de Setembro, na sua atual redação, no que diz respeito à obrigação de obtenção de título de

reconversão das Áreas Urbanas de Gênese Ilegal até 31 de dezembro de 2026, para efeitos de aplicação do regime excecional para a respetiva reconversão que permite agilizar a regularização destas situações para resolução de problemas de ilegalidade urbanística, de legitimidade de propriedade e de qualificação urbana que lhe são associados.

O processo em causa, consistirá na elaboração das seguintes prestações (fases):

Fase 1 – Apresentação de Proposta à CMA sobre o Modelo de Operação de Loteamento;

Fase 2 – Apreciação da delimitação das AUGI já estabelecidas e eventual proposta de revisão de limites;

Fase 3 - Levantamento documental e entrevista a todos os proprietários integrados nas AUGI;

Fase 4 - Realização da Operação de Loteamento para o processo de reconversão, com desenvolvimento em duas fases (Estudo Prévio e Proposta Final);

Fase 5 - Submissão do processo burocrático junto do Registo Predial e Autoridade Tributária);

15 – Obrigações da Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante será responsável pelo fornecimento dos seguintes elementos de apoio ao processo, os quais constam dos elementos anexos e fazem parte integrante do Caderno de Encargos:

- Levantamentos Topográficos;
- Delimitação da área de intervenção das AUGI;
- Informação do objeto e objetivos do processo de reconversão das AUGI;
- Relatórios de Confrontação da área das AUGI com o PDM;
- Plantas de localização e extratos do PDM das AUGI;
- Outros elementos disponíveis no Município e que possam apoiar a prestação do serviço em causa;
- Indicar um interlocutor técnico de contacto e articulação com o adjudicatário;

16 – Obrigações do Adjudicatário

O adjudicatário será responsável pela prestação do serviço descrito no ponto 14 deste caderno de encargos, quer em termos da sua completude e integral instrução do processo, quer no cumprimento dos prazos indicados no ponto 3 deste caderno de encargos, devendo fornecer todos os elementos necessários à concretização do processo de reconversão das AUGI de Portela da Armada (Olo) e de Penouços (Aboadela), participando nas reuniões que sejam solicitadas e dando resposta à entidade adjudicante, através do interlocutor técnico designado e/ou através do Gestor do Contrato.

17 - Legislação aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente caderno de encargos aplica-se o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 111- B/2017, de 31 de agosto, com as devidas retificações, pela Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, o Código do Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.